

Artigo

TEORIAS DE APRENDIZAGEM: UMA REVISÃO HISTÓRICA E CONCEITUAL

Learning theories: a historical and conceptual review

Diniz Raimundo Santos Filho¹

¹Licenciando em Física.

.E-mail:

diniz.raimundo@estudante.ufcg.edu.br.

Revista Educação em Contexto

Secretaria de Estado da Educação

de Goiás - SEDUC-GO

ISSN 2764-8982

Periodicidade: Semestral.

v. 2 n. 1, 2023.

educacaoemcontexto@educ.go.gov.br

Recebido em: 22/03/23

Aprovado em: 05/05/23

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.8327467>

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-1887-7896>

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar uma revisão histórica e conceitual das principais teorias de aprendizagem que influenciaram a educação ao longo do tempo. Para isso, são abordadas as origens, as características, as contribuições e as limitações das seguintes teorias: behaviorismo, cognitivismo, construtivismo e socioculturalismo. O artigo também discute as implicações pedagógicas dessas teorias para a prática educativa, bem como os desafios e as perspectivas para o estudo da aprendizagem na atualidade. O artigo se baseia em uma pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e sites especializados no tema. Além disso, o artigo analisa as semelhanças e diferenças entre as teorias de aprendizagem, destacando seus pontos fortes e fracos. O artigo também fornece exemplos de como cada teoria pode ser aplicada em diferentes contextos e situações educacionais. O artigo conclui enfatizando a importância de compreender as teorias de aprendizagem para professores e educadores, bem como para estudantes e aprendizes. O artigo também sugere algumas direções para futuras pesquisas sobre aprendizagem e educação..

Palavras - chave: Teorias de aprendizagem; Behaviorismo; Cognitivismo; Construtivismo; Socioculturalismo.

INTRODUÇÃO

A aprendizagem é um processo com plexo e multifacetado que envolve a interação entre o sujeito, o objeto e o contexto de conhecimento. Ao longo da história, diferentes teorias de aprendizagem foram propostas para explicar como esse processo ocorre e quais são os fatores que o influenciam. Essas teorias têm implicações importantes para a educação, pois orientam as práticas pedagógicas dos educadores e as estratégias de aprendizagem dos educandos.

Neste artigo, apresentamos uma revisão histórica e conceitual das principais teorias de aprendizagem que influenciaram a educação ao longo do tempo. Para isso, abordamos as origens, as características, as contradições e as limitações das seguintes teorias: behaviorismo, cognitivismo, construtivismo e socioculturalismo. O behaviorismo é uma corrente que enfatiza o papel dos estímulos externos e das recompensas na aprendizagem, tendo como principais representantes John B. Watson, Edward L. Thorndike e B. F. Skinner (Paula, 2009).

O cognitivismo é uma corrente que destaca o papel dos processos mentais internos na aprendizagem, tendo como principais representantes Jean Piaget, Jerome Bruner e David Ausubel. O construtivismo é uma corrente que defende que a aprendizagem é um processo ativo de construção do conhecimento pelo sujeito, tendo como principais representantes Jean Piaget, Lev Vygotsky e Emilia Ferreiro. O socioculturalismo é uma corrente que ressalta a importância do contexto social e cultural na aprendizagem, tendo como principais representantes Lev Vygotsky, Paulo Freire e Henry Giroux (SOUSA; SILVANO; LIMA, 2018).

O artigo também discute as implicações pedagógicas dessas teorias para a prática educativa, bem como os desafios e as perspectivas para o estudo da aprendizagem na atualidade. O artigo se baseia em uma pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e revistas

especializados no tema.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Behaviorismo

O behaviorismo é uma corrente que enfatiza o papel dos estímulos externos e das recompensas na aprendizagem. O behaviorismo surgiu no início do século XX, como uma reação ao introspeccionismo e ao mentalismo, que se baseavam na observação subjetiva dos processos mentais. O behaviorismo propunha uma abordagem objetiva e experimental da psicologia, focando apenas no comportamento observável e mensurável dos organismos (Bock; Furtado; Teixeira, 2019).

Um dos precursores do behaviorismo foi John B. Watson (1878-1958), que defendia que o comportamento era determinado pelo ambiente e pela história de reforços do indivíduo. Watson realizou o famoso experimento do pequeno Albert, no qual condicionou uma criança a ter medo de um rato branco, associando-o a um som alto e desagradável (Watson, 1967).

Outro representante importante do behaviorismo foi Edward L. Thorndike (1876-1904), que formulou a lei do efeito, segundo a qual as respostas que produzem consequências satisfatórias tendem a ser reforçadas e repetidas, enquanto as que produzem consequências desagradáveis tendem a ser enfraquecidas e evitadas. Thorndike também desenvolveu o conceito de transferência de aprendizagem, que se refere à aplicação de conhecimentos ou habilidades adquiridos em uma situação para outra situação diferente (Bock; Furtado; Teixeira, 2019).

O principal expoente do behaviorismo foi

Artigo

B. F. Skinner (1904-1980), que aprofundou o estudo do condicionamento operante, que é um tipo de aprendizagem baseada nas consequências das ações voluntárias dos organismos. Skinner criou a caixa de Skinner, um dispositivo que permitia controlar os estímulos e os reforços apresentados aos animais em seus experimentos. Skinner também propôs o conceito de controle de estímulos, que se refere à capacidade de discriminar os estímulos que sinalizam a disponibilidade ou não de reforço para uma determinada resposta (Skinner, 2007).

O behaviorismo teve grande influência na educação, especialmente na área de ensino programado e tecnologia educacional. O ensino programado é uma forma de instrução individualizada e autocontrolada, que apresenta o conteúdo em pequenas unidades sequenciais, seguidas de perguntas ou exercícios, que recebem feedback imediato e reforço contingente. A tecnologia educacional é o uso de recursos materiais e audiovisuais para facilitar a apresentação dos estímulos e o registro das respostas dos alunos.

O behaviorismo também contribuiu para o desenvolvimento de técnicas de modificação de comportamento, como o reforço positivo, o reforço negativo, a extinção, a punição, o modelamento, o encadeamento, o fading e o shaping. Essas técnicas podem ser usadas para aumentar ou diminuir a frequência de comportamentos desejados ou indesejados nos alunos (Skinner, 2007). No entanto, o behaviorismo também recebeu críticas por parte de outras correntes psicológicas e educacionais. Segundo Moreira e Medeiros (2007), algumas dessas críticas são:

- O behaviorismo ignora os processos mentais internos que medeiam a relação entre os estímulos e as respostas, como a percepção, a memória, o pensamento e a emoção.

- O behaviorismo reduz o ser humano a um conjunto de comportamentos mecânicos e

previsíveis, desconsiderando sua subjetividade, sua criatividade e sua autonomia.

- O behaviorismo se baseia em experimentos com animais não humanos, que nem sempre podem ser generalizados para os humanos.

- O behaviorismo se concentra nos aspectos quantitativos da aprendizagem, como a frequência e a duração das respostas, mas não nos aspectos qualitativos, como o significado e a compreensão do conteúdo.

- O behaviorismo privilegia os objetivos externos da aprendizagem, como os testes e as notas, mas não os objetivos internos, como o interesse e a motivação dos alunos.

Cognitivismo

O cognitivismo é uma corrente que destaca o papel dos processos mentais internos na aprendizagem. O cognitivismo surgiu na década de 1950, como uma reação ao behaviorismo, que negligenciava os aspectos cognitivos do comportamento humano. O cognitivismo propunha uma abordagem que considerava o sujeito como um processador ativo de informações, que recebe, armazena, recupera e utiliza o conhecimento de forma organizada e estruturada (Gleitman; Reisberg; Gross, 2017).

Um dos representantes do cognitivismo foi Jean Piaget, que desenvolveu a teoria do desenvolvimento cognitivo, que descreve as etapas pelas quais as crianças passam no seu processo de construção do conhecimento. Piaget identificou quatro estágios: sensório-motor (0 a 2 anos), pré-operatório (2 a 7 anos), operatório-concreto (7 a 11 anos) e operatório-formal (11 anos em diante). Cada estágio se caracteriza por um conjunto de estruturas mentais ou esquemas que permitem ao sujeito operar sobre a realidade. Piaget também explicou os mecanismos de adaptação que o sujeito utiliza para equilibrar seus esquemas com as novas informações que recebe: assimilação, acomodação e equilíbrio

(Bock; Furtado; Teixeira, 2019; Paula, 2009).

Outro representante do cognitivismo foi Jerome Bruner, que formulou a teoria da instrução, que propõe princípios para o planejamento e a avaliação do ensino. Bruner defendia que o ensino deveria ser centrado no aluno, respeitando seu nível de desenvolvimento, seus interesses e suas necessidades. Bruner também defendia que o ensino deveria ser estruturado em torno dos conceitos fundamentais da disciplina, apresentados de forma espiral, ou seja, revisitados em diferentes níveis de complexidade e abstração. Bruner também defendia que o ensino deveria estimular a descoberta ativa do conhecimento pelo aluno, por meio de atividades práticas, experimentais e problematizadoras (SOUSA; SILVANO; LIMA, 2018).

Outro representante do cognitivismo foi David Ausubel, que elaborou a teoria da aprendizagem significativa, que se refere à incorporação de novas informações ao conhecimento prévio do aluno, de forma não arbitrária e substantiva. Ausubel distinguia dois tipos de aprendizagem: a aprendizagem mecânica, que é a memorização de informações isoladas e sem sentido para o aluno; e a aprendizagem significativa, que é a integração de informações relevantes e significativas para o aluno. Ausubel também introduziu o conceito de organizadores prévios, que são materiais introdutórios que facilitam a aprendizagem significativa, ao estabelecerem uma ponte entre o conhecimento prévio e o novo conteúdo (SOUSA; SILVANO; LIMA, 2018).

O cognitivismo teve grande influência na educação, especialmente na área de psicologia educacional e didática. O cognitivismo contribuiu para o desenvolvimento de modelos e estratégias de ensino-aprendizagem baseados nos processos cognitivos dos alunos, como a atenção, a percepção, a memória, o raciocínio, a solução de problemas e a metacognição. O cognitivismo

também contribuiu para o desenvolvimento de instrumentos e técnicas de avaliação da aprendizagem que consideram os aspectos qualitativos e não apenas quantitativos do desempenho dos alunos (LIBÂNEO, 2006).

No entanto, o cognitivismo também recebeu críticas por parte de outras correntes psicológicas e educacionais. Algumas dessas críticas destacadas por autores como Skinner (1974) são:

- O cognitivismo se baseia em uma metáfora computacional da mente humana, que compara os processos mentais aos processos informáticos. Essa metáfora pode ser limitada e simplificadora, pois ignora as dimensões afetivas, sociais e culturais da cognição.
- O cognitivismo se concentra nos aspectos individuais da aprendizagem, mas não nos aspectos coletivos e colaborativos. O cognitivismo também privilegia os processos internos da aprendizagem, mas não os processos externos e situados.
- O cognitivismo se baseia em experimentos controlados em laboratório, que nem sempre podem ser replicados ou generalizados para situações reais de aprendizagem.
- O cognitivismo se preocupa mais com os produtos da aprendizagem do que com a aprendizagem, como o significado e a compreensão do conteúdo.

Construtivismo

O construtivismo é uma corrente que defende que a aprendizagem é um processo ativo de construção do conhecimento pelo sujeito. O construtivismo surgiu na década de 1970, como uma crítica ao cognitivismo, que considerava o conhecimento como algo dado e objetivo, que deveria ser transmitido e assimilado pelos alunos. O construtivismo propunha uma abordagem que considerava o conhecimento como algo construído e subjetivo, que deveria ser descoberto e significado pelos alunos (SOUSA; SILVANO;

Artigo

LIMA, 2018).

Um dos representantes do construtivismo foi Jean Piaget (1896-1980), que, além de estudar o desenvolvimento cognitivo das crianças, também se interessou pela epistemologia genética, ou seja, pela origem e evolução do conhecimento humano. Piaget defendia que o conhecimento era resultado da interação entre o sujeito e o objeto, e que essa interação se dava por meio de processos de equilíbrio entre assimilação e acomodação. Piaget também defendia que o conhecimento era organizado em estruturas mentais ou esquemas, que se modificavam ao longo do desenvolvimento cognitivo, passando por estágios qualitativamente diferentes (Piaget, 1971).

Outro representante do construtivismo foi Lev Vygotsky (1896-1934), que enfatizou o papel do contexto social e cultural na aprendizagem. Vygotsky defendia que o desenvolvimento cognitivo era mediado por instrumentos e signos, que eram fornecidos pela cultura e pela linguagem. Vygotsky também defendia que o desenvolvimento cognitivo ocorria em dois níveis: o interpsicológico, que se refere à interação social entre os indivíduos; e o intrapsicológico, que se refere à internalização dos processos mentais pelos indivíduos. Vygotsky também introduziu o conceito de zona de desenvolvimento proximal, que se refere à distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial do indivíduo, que pode ser alcançado com a ajuda de um adulto ou de um par mais experiente (Vygotsky, 2007). Outra representante do construtivismo foi Emilia Ferreiro (1936-), que aplicou os princípios piagetianos ao estudo da aquisição da escrita pelas crianças. Ferreiro identificou as hipóteses que as crianças formulam sobre o sistema de escrita, desde a fase pré-silábica até a fase alfabética. Ferreiro também propôs uma metodologia de ensino da escrita baseada na problematização e na reflexão sobre as características e as funções da linguagem

escrita (Watson, 1967).

O construtivismo teve grande influência na educação, especialmente na área de currículo e metodologia. O construtivismo contribuiu para o desenvolvimento de propostas curriculares baseadas nos interesses e nas necessidades dos alunos, bem como nos conceitos estruturantes das disciplinas. O construtivismo também contribuiu para o desenvolvimento de metodologias de ensino baseadas na investigação e na resolução de problemas, que estimulam a participação ativa e a autonomia dos alunos na construção do conhecimento (Libâneo, 1992).

Existem vários autores que são críticos do construtivismo, mas um dos mais conhecidos é o filósofo alemão Habermas (1982). Ele critica o construtivismo por ser uma forma de relativismo que nega a existência de uma verdade objetiva e universal. Para o autor, o construtivismo possui as seguintes falhas:

- O construtivismo se baseia em uma visão idealizada do aluno como um sujeito curioso e motivado para aprender, desconsiderando as dificuldades e os obstáculos que podem interferir no seu processo de aprendizagem.
- O construtivismo se concentra nos aspectos cognitivos da aprendizagem, mas não nos aspectos afetivos e emocionais, que também influenciam a motivação e a autoestima dos alunos.
- O construtivismo se baseia em uma visão relativista do conhecimento, que pode levar ao ceticismo e ao subjetivismo, desvalorizando os conhecimentos científicos e culturais acumulados pela humanidade.
- O construtivismo se preocupa mais com os processos da aprendizagem do que com os produtos da aprendizagem, podendo negligenciar os objetivos e os critérios de avaliação da aprendizagem.

Socioculturalismo

O socioculturalismo é uma corrente que

ressalta a importância do contexto social e cultural na aprendizagem. O socioculturalismo surgiu na década de 1980, como uma ampliação e uma crítica ao construtivismo, que se limitava aos aspectos individuais e cognitivos da aprendizagem. O socioculturalismo propunha uma abordagem que considerava os aspectos coletivos e históricos da aprendizagem, que se dava por meio da participação em práticas sociais e culturais mediadas pela linguagem (Vigotski, 2007).

Um dos representantes do socioculturalismo foi Lev Vygotsky, que, além de estudar o desenvolvimento cognitivo das crianças, também se interessou pela psicologia histórico-cultural, ou seja, pela influência da história e da cultura no desenvolvimento humano. Vygotsky defendia que o desenvolvimento humano era resultado da interação entre o indivíduo e a sociedade, e que essa interação se dava por meio de processos de mediação simbólica, especialmente pela linguagem. Vygotsky também defendia que o desenvolvimento humano seguia uma lei genética geral, segundo a qual toda função psicológica superior aparecia primeiro no plano social (interpsicológico) e depois no plano individual (intrapicológico) (Vigotski, 2007; Watson, 1967).

Outro representante do socioculturalismo foi Paulo Freire (1921-1997), que formulou a pedagogia do oprimido, que propõe uma educação libertadora e transformadora, voltada para a conscientização e a emancipação dos sujeitos. Freire defendia que a educação deveria ser um ato político e dialógico, que respeitasse a cultura e a voz dos educandos, e que os estimulasse a questionar e a transformar a realidade social. Freire também defendia que a educação deveria superar a concepção bancária, que considerava os educandos como recipientes passivos de conhecimentos depositados pelos educadores, e adotar a concepção problematizadora, que

considerava os educandos como sujeitos ativos e críticos de sua própria aprendizagem (Freire, 1987).

Outro representante do socioculturalismo foi Henry Giroux (1943-), que desenvolveu a teoria da resistência, que analisa as relações de poder e de dominação presentes na educação. O autor defendia que a educação era um campo de luta ideológica e cultural, no qual os grupos dominantes tentavam impor seus valores e interesses aos grupos dominados. Giroux também defendia que os educadores deveriam assumir um papel de intelectuais transformadores, que desafiassem as formas de opressão e de exclusão presentes na sociedade, e que promovessem uma educação crítica e democrática (Giroux, 1987).

O socioculturalismo teve grande influência na educação, especialmente na área de currículo e cultura. O socioculturalismo contribuiu para o desenvolvimento de propostas curriculares baseadas nos saberes e nas experiências dos alunos, bem como nos temas geradores da realidade social. O socioculturalismo também contribuiu para o desenvolvimento de metodologias de ensino baseadas no diálogo e na colaboração, que valorizam a diversidade cultural e linguística dos alunos. Sobre o socioculturalismo, Foucault (1996) destaca as seguintes críticas:

- O socioculturalismo se baseia em uma visão determinista da sociedade, que considera os indivíduos como meros produtos das condições sociais e culturais em que vivem.
- O socioculturalismo se concentra nos aspectos coletivos da aprendizagem, mas não nos aspectos individuais e diferenciados. O socioculturalismo também privilegia os aspectos externos da aprendizagem, mas não os aspectos internos e pessoais.
- O socioculturalismo se baseia em uma visão crítica da sociedade, que pode levar ao radicalismo e ao conflito, descon siderando as possibilidades de diálogo e de consenso entre os diferentes grupos sociais.
- O socioculturalismo se preocupa mais

Artigo

com os aspectos políticos da aprendizagem do que com os aspectos científicos e técnicos, podendo comprometer a qualidade e a eficiência da educação.

Conclusão

Neste artigo, foi realizado uma revisão histórica e conceitual das principais teorias de aprendizagem que influenciaram a educação ao longo do tempo. Apresentamos as origens, as características, as contribuições e as limitações das seguintes teorias: behaviorismo, cognitivismo, construtivismo e socioculturalismo. Também foi discutido as implicações pedagógicas dessas teorias para a prática educativa, bem como os desafios e as perspectivas para o estudo da aprendizagem na atualidade.

Conclui-se que cada teoria de aprendizagem oferece uma visão diferente e complementar sobre o processo de aprender, e que nenhuma delas é capaz de explicar de forma completa e definitiva esse fenômeno complexo e multifacetado da aprendizagem. Por isso, é importante que os educadores conheçam e reflitam sobre as diferentes teorias de aprendizagem, e que sejam capazes de integrar e adaptar os seus princípios e estratégias às necessidades e características dos seus alunos, dos seus conteúdos e dos seus contextos.

É esperado que este artigo possa contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre as teorias de aprendizagem, e para o desenvolvimento de uma educação mais eficaz, significativa e transformadora. Pretende-se também que este artigo possa estimular novas pesquisas e reflexões sobre o tema da aprendizagem, que é fundamental para o avanço da ciência e da sociedade.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. de L. T. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia*. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. 492 p.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996. FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. GIROUX, H. A. *Escola crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

GLEITMAN, H.; REISBERG, D.; GROSS, J. *Psicologia*. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. HABERMAS, J. *Conhecimento e Interesse*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LIBÂNEO, J. C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2006. 257 p.

LIBÂNEO, J. C. *Tendências pedagógicas na prática escolar*. In: LIBÂNEO, J. C. (Ed.). *Democratização da Escola Pública – a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1992. cap. 1. MOREIRA, M. A.; MEDEIROS, C. A. de. *Princípios básicos de análise do comportamento*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PAULA, F. V. de. *Teorias da aprendizagem: uma revisão histórica e conceitual*. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 13, n. 2, p. 425 – 427, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/Y8r9TH3Dx3L98vLxsN4J7pc/>. Acesso em: 05/07/2022.

PIAGET, J. *A epistemologia genética*. Trad. nathanael c. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SKINNER, B. F. *Sobre o Behaviorismo*. São Paulo: Cultrix, 1974.

SOUSA, C. O.; SILVANO, A. M. da C.; LIMA, I. P. de. *Teoria da aprendizagem significativa na prática docente*. *Educação, Revista Espacios*, v. 23, p. 27 - 39, 2018. Disponível em: <https://www.revistaespacios.com/>

BICUDO, M. A. V. (Org.). **Pesquisa Qualitativa segundo a visão fenomenológica**. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. **Brasília**: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 23 abr. 2023.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Creativity**: Flow and the psychology of discovery and invention. New

York: Harper Collins Publishers, 1996.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **The systems model of creativity**. The collected works of Mihaly Csikszentmihalyi. New York: Springer. E-book, 2014. Disponível em: <https://www.doi.org/10.1007/978-94-017-9085-7>. Acesso em: 23 abr. 2023.

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir, relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI (destaques). UNESDOC Digital Library, 2010. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000109590_por. Acesso em: 23 abr. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 29.^a Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIROUX, H. Pedagogia crítica, Paulo Freire, e a coragem para ser político. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v. 14, n. 01, p. 296-306, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27356>. Acesso em: 23 abr. 2023.